



CPLP

II REUNIÃO DE MINISTROS DAS FINANÇAS

DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

20 de Maio de 2011

DECLARAÇÃO DE LUANDA

O Ministro das Finanças da República de Angola, o Secretário-Adjunto para os Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil, a Ministra das Finanças e do Planeamento da República de Cabo Verde, o Ministro das Finanças da República da Guiné-Bissau, o Ministro das Finanças da República de Moçambique, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais da República Portuguesa, o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Diretor Geral das Finanças do Estado, em representação da Ministra das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, participaram na II Reunião de Ministros das Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Luanda, Angola, no dia 20 de Maio de 2011.

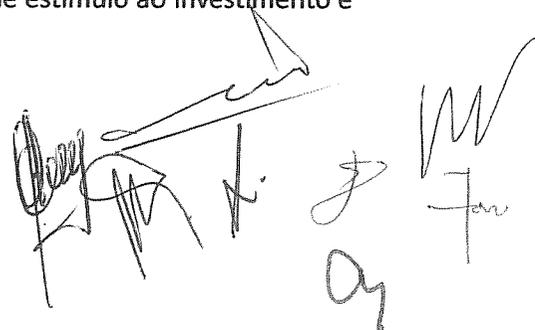
A cerimónia de abertura foi presidida por Sua Excelência o Ministro das Finanças da República de Angola, Dr. Carlos Alberto Lopes.

Esta sessão contou também com a presença de Sua Excelência Dr. Hélder Jorge Vaz Lopes, Director-geral da CPLP.

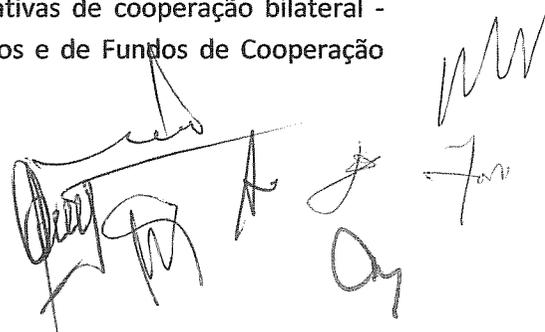
Os Ministros decidiram:

1. Manifestar a sua satisfação pela forma franca e amigável como decorreram os trabalhos da II Reunião, evidenciando o excelente relacionamento político entre os Governos dos países da CPLP e saudar os resultados alcançados.
2. Congratular-se com o programa apresentado por Angola, enquanto presidente *pro tempore* da CPLP, expresso na realização de ações no domínio das Alfandegas; do Mercado de Capitais; da Contabilidade Pública; da Inspeção Geral de Finanças; dos Impostos e da Supervisão de Seguros.
3. Tomar boa nota da apresentação do Brasil e do debate sobre a consolidação da estabilidade financeira internacional e a recuperação económica nos diferentes países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo:

- a) Notado que a crise financeira internacional tem vindo a afectar negativamente o crescimento económico dos países da CPLP;
- b) Assinalado que a adopção de políticas de estímulo ao crescimento, em especial durante o ano de 2009, contribuiu de forma decisiva para mitigar os efeitos económicos da crise, minorando assim os impactos sociais da mesma;
- c) Registado que, não obstante os efeitos positivos destas políticas, o consequente aumento dos desequilíbrios orçamentais, ampliado sobretudo pela quebra nas receitas fiscais, aliado à crescente instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros, implicou a adopção, por parte da maioria dos países da Comunidade, de políticas de consolidação, designadamente no que respeita à:
- (i) promoção da eficiência da despesa pública e da qualidade das finanças públicas;
 - (ii) publicação de nova legislação com medidas mais rigorosas no que diz respeito à execução e controlo da despesa;
 - (iii) promoção da eficácia dos sistemas fiscais, designadamente através do aumento da base tributária e da diversificação das fontes de receita.
- d) Assinalado a adopção de medidas com vista à redução da dependência da economia face às importações e de fomento da produção nacional, com a respectiva adequação das infraestruturas necessárias a esse fim.
- e) Incentivado a adopção de uma política monetária que acautele a manutenção das taxas de juro em níveis que fomentem o investimento;
- f) Destacado o reforço da regulação e supervisão do sistema financeiro, de forma a aumentar a confiança, minimizar os efeitos negativos de potenciais crises a ocorrer no futuro e garantir o acesso continuado ao crédito por parte dos agentes económicos;
- g) Mostrado preocupação com o incremento substancial dos preços dos bens alimentares e das matérias-primas, especialmente no que respeita ao petróleo, o qual tem levado ao aumento da despesa com subsídios do Estado que visam atenuar os efeitos das subidas acentuadas dos preços sobre empresas e os consumidores finais;
- h) Notado que o Brasil, em virtude, designadamente, do aumento da capacidade de produção petrolífera e da menor dependência face a parceiros comerciais mais afectados pela crise, pela sua maior diversificação e intensificação das relações comerciais com outros pontos do mundo, foi o país da Comunidade que reuniu melhores condições para prosseguir uma estratégia de estímulo ao investimento e ao consumo privado.

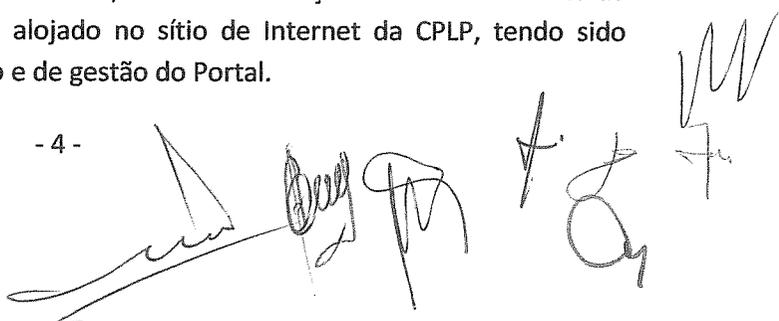
Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature with a long horizontal stroke, several smaller initials, and the word 'Ferreira' written vertically.

4. Tomar boa nota da apresentação realizada por Portugal relativa às Convenções para Evitar a Dupla Tributação entre os países da CPLP e sobre o posicionamento dos Estados membros relativamente a esta matéria, tendo notado que a celebração deste tipo de convenções é essencial ao desagravamento fiscal do investimento direto mútuo, ao fomento da internacionalização do tecido empresarial dos Estados contratantes, bem como a luta contra a fraude e a evasão fiscal.
5. Reconhecer a importância de relançar a negociação de convenções bilaterais para evitar a dupla tributação no seio da Comunidade através de um modelo consensual, tendo em conta que as mesmas:
 - a) Mitigam a dupla tributação internacional, reduzindo os custos fiscais do investimento e promovendo a internacionalização das empresas;
 - b) Criam um quadro regulamentar estável e previsível no domínio fiscal, contribuindo para o investimento estrangeiro;
 - c) Reforçam a proteção dos contribuintes, com o mecanismo do procedimento amigável e, eventualmente da arbitragem, em casos de dupla tributação injustificada;
 - d) Ajudam ao combate à fraude e evasão fiscal, criando condições de concorrência leal entre as empresas;
 - e) Criam um quadro legal e administrativo que permite aos Estados reforçar a sua cooperação no domínio tributário.
6. Saudar as iniciativas desenvolvidas com vista à promoção da utilização da língua portuguesa nas organizações internacionais, sendo de destacar, em particular, os progressos alcançados no Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, União Africana e SADC, reiterando ainda o compromisso de utilização da língua portuguesa nas intervenções efectuadas no âmbito de organismos internacionais onde a representação seja assegurada pelos Ministérios das Finanças.
7. Constatar com agrado os resultados dos processos de reforma das estruturas de governação do Fundo Monetário Internacional e dos Grupos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, contribuindo para aumentar a legitimidade, credibilidade, responsabilização e eficácia destas estruturas, por via da maior voz e representação dos países em desenvolvimento e das economias emergentes, em particular dos países africanos de língua oficial portuguesa.
8. Congratular-se com a conclusão dos processos de negociação dos aumentos de capital e de reconstituição de recursos das janelas concessionais de várias instituições financeiras internacionais, os quais permitirão o aumento da dotação de recursos e de instrumentos necessários e adequados ao combate à pobreza e à promoção do crescimento económico sustentado e inclusivo.
9. Notar a concretização de projectos financiados por iniciativas de cooperação bilateral - multilateral, designadamente através de co-financiamentos e de Fundos de Cooperação

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be from multiple individuals.

Técnica, criados junto de instituições financeiras internacionais (Grupos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento), tendo como beneficiários os países da CPLP.

10. Manifestar satisfação com a continuada participação dos países credores na Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral e na redução das dívidas bilaterais.
11. Constatar com satisfação o desenvolvimento de iniciativas de cooperação multilateral no âmbito da CPLP, no que se refere às áreas fiscais, aduaneiras e inspectivas, expressas designadamente na realização da 3ª Conferência Anual de Inspectores Gerais do Estado e de Finanças, na 2ª Conferência de Directores Gerais dos Impostos e na 25ª Conferência de Directores Gerais das Alfândegas, apelando à sua continuidade através de novas modalidades de financiamento e possibilitando o seu alargamento à outros domínios.
12. Congratular-se com o progresso verificado nos programas de cooperação técnica bilateral na área das finanças públicas, os quais têm vindo a contribuir significativamente para o reforço da capacitação, partilha de experiências e transferência de conhecimentos entre serviços homólogos dos Ministérios das Finanças.
13. Expressar agrado com o dinamismo da cooperação financeira bilateral, designadamente no que se refere à utilização das linhas de crédito concessionais e comerciais existentes.
14. Convidar as autoridades competentes dos Estados membros a promoverem o estudo de mecanismos financeiros com vista a ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP.
15. Manifestar a concordância para a elaboração de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento económico dos Estados membros, particularmente no que respeita aos países menos avançados, no âmbito do compromisso assumido na Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade da XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.
16. Reiterar a importância da troca de informação e de experiências relativas à integração da gestão do risco climático nos planos nacionais de desenvolvimento e de redução da pobreza nos países da Comunidade. Incentivar as autoridades competentes dos Estados membros a prosseguirem tal integração, predispondo-se a colaborar nas medidas que venham a mitigar o impacto da mudança climática.
17. No que respeita à criação de um Selo Cultural da CPLP, reiterar a necessidade dos Estados emitirem pareceres com vista à elaboração de uma proposta final sobre a eventual concessão de um regime de importação temporária, com vista à facilitação da circulação de bens culturais produzidos por cidadãos dos países da Comunidade.
18. Expressar a sua satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Secretariado Técnico Permanente desde a Reunião de Lisboa, com vista à criação e desenvolvimento do Portal dedicado às finanças públicas, alojado no sítio de Internet da CPLP, tendo sido relatadas as normas de funcionamento e de gestão do Portal.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including a long horizontal signature on the left, a circular stamp or signature in the center, and several smaller, more stylized initials or signatures on the right side.

19. Felicitar a República de Moçambique por se ter disponibilizado a acolher, em 2013, a III Reunião de Ministros das Finanças da CPLP.
20. Expressar à República de Angola, e em particular a Sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças, o agradecimento pela hospitalidade fraterna e pelo acolhimento caloroso dispensados a todos os participantes na II Reunião de Ministros das Finanças da CPLP.

Luanda, a 20 de Maio de 2011.


Pela República de Angola


Pela República Federativa do Brasil


Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau


Pela República de Moçambique

Pela República de Portugal



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



Pela República Democrática de Timor-Leste

